

## **REGULAMENTO ELEITORAL DOS ÓRGÃOS LOCAIS DA JSD MADEIRA**

### **Artigo 1.º**

É aprovado como regulamento o documento que regula as eleições dos órgãos locais regionais, nos termos seguintes:

#### **Parte I**

#### **Parte geral**

### **Artigo 1.º**

#### **(Âmbito de aplicação)**

1. O presente regulamento tem aplicação a nível regional e regula todo o processo eleitoral relativo aos órgãos locais da JSD Madeira.
2. Exceptuam-se do âmbito de aplicação do presente Regulamento as eleições de delegados aos Congressos Regional e Nacional da JSD que, nos termos estatutários, se devem reger por instrumento próprio.

### **Artigo 2º**

#### **(Princípios Gerais)**

1. Os processos eleitorais da JSD são regidos pelos seguintes princípios fundamentais:
  - a) Democraticidade;
  - b) Liberdade de candidaturas, pluralismo de opiniões e carácter secreto do sufrágio;
  - c) Independência relativamente aos candidatos e aos titulares dos órgãos a eleger;
  - d) Participação e Transparência;
  - e) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre os candidatos;
2. O presente regulamento eleitoral assegurará os direitos dos candidatos, designadamente à igualdade de tratamento, ao acompanhamento dos actos respeitantes ao processo eleitoral, ao acesso à documentação necessária e relativa ao processo eleitoral e ao conhecimento e contacto com os membros do Conselho de Jurisdição.

### **Artigo 3.º**

#### **(Competência)**

Compete ao Conselho de Jurisdição da JSD Madeira em exercício de funções aplicar o presente Regulamento, a sua concretização e respeito pelos princípios orientadores, assim como primar pela gestão dos processos eleitorais nos termos dos Estatutos da JSD Madeira.

## **Parte II**

### **Do processo eleitoral**

#### **Capítulo I - Do início do processo**

### **Artigo 4.º**

#### **(Convocatória)**

1. Os órgãos de tipo assembleia de âmbito regional de cuja ordem de trabalhos conste qualquer acto eleitoral para órgãos locais da JSD Madeira são convocados, por publicação no site oficial da JSD Madeira ([www.jsdmadeira.pt](http://www.jsdmadeira.pt)) e, ainda, por meio de divulgação nas redes sociais, com a antecedência de 21 dias sobre a data da respectiva Assembleia Eleitoral e por afixação em local bem visível na sede respectiva.
2. As convocatórias devem, sob pena de nulidade, especificar o acto eleitoral a realizar, o horário de abertura das urnas, o local, data e hora do início da Assembleia eleitoral, assim como o local e respectivo período temporal de entrega das candidaturas.
3. A convocatória é da competência da Comissão Política Regional, conforme disposição estatutária.

### **Artigo 5.º**

#### **(Capacidade eleitoral passiva)**

Só poderão ser eleitos para os órgãos os militantes inscritos na JSD Madeira há pelo menos dois meses.

### **Artigo 6.º**

#### **(Candidaturas)**

1. As candidaturas aos órgãos locais obedecerão aos seguintes requisitos:

- a) Apresentação de listas completas a cada órgão, as quais deverão contemplar o nome completo do militante candidato e respectivo número de filiação na JSD Madeira;
  - b) Definição do cargo a que cada militante se candidata;
  - c) Declaração de aceitação de candidatura de cada militante, assinada separadamente pelos candidatos, em conformidade com o documento de identificação civil;
  - d) Fotocópia de documento identificativo pessoal de cada candidato;
  - e) Lista de subscritores em conformidade com o número mínimo exigido no artigo 7º do presente regulamento
  - f) Apresentação de um manifesto eleitoral, pelas listas candidatas a órgãos executivos, que contenha as linhas gerais do programa político para o mandato.
  - g) Apresentação de mandatário de candidatura, o qual deverá receber todas as informações relativas ao acto eleitoral bem como ao voto antecipado.
2. Cada militante apenas poderá candidatar-se por uma lista.
  3. As listas deverão ser apresentadas ao Presidente do Conselho de Jurisdição, até 120 (cento e vinte) horas antes da hora marcada para o início do acto eleitoral, em duplicado, na sede regional da JSD Madeira.
  4. No acto de apresentação da lista, o duplicado deverá ser assinado pelo aceitante e devolvido ao proponente, com despacho que mencione data e hora de recepção, bem como as possíveis irregularidades que, na altura, sejam passíveis de ser detectadas.
  5. Qualquer irregularidade verificada numa lista de candidatos poderá ser corrigida num período máximo de 24 horas após verificação da mesma e recepção do despacho do Conselho de Jurisdição.
  6. Findo o prazo disposto no n.º 5 deste artigo, o Presidente do Conselho de Jurisdição atribuirá uma designação alfabética pela ordem de entrada, tornando públicas as candidaturas.
  7. O Presidente do Conselho de Jurisdição não considerará legais as listas que não obedeçam ao referido nos números anteriores, não as submetendo a sufrágio.
  8. No caso de inexistência de listas de candidatos, tem lugar um novo acto eleitoral que se realizará nos 30 dias seguintes, marcado nos mesmos termos do anterior.

## **Artigo 7.º**

### **(Subscrições de Candidatura)**

- 1- Cada militante apenas poderá subscrever uma lista candidata.

2- Cada lista deverá apresentar um mínimo de vinte por cento (20%) de subscritores tendo em consideração o número total de votantes na última eleição de delegados realizada no concelho, tal como consta na tabela em anexo.

3- Para efeitos de definição dos vinte por cento (20%) indicados no número anterior, o número de subscritores será arredondando para a casa decimal mais próxima.

4- Todos os militantes poderão ser subscritores, exceptuando os membros do Conselho de Jurisdição, efectivos ou suplentes, e os membros das respectivas candidaturas.

### **Artigo 8.º**

#### **(Desistência de candidatura)**

1. A desistência de qualquer lista é admitida até à hora de início da respectiva Assembleia Eleitoral.

2. A desistência da candidatura deverá ser formalizada por declaração escrita apresentada ao elemento do Conselho de Jurisdição que presida a Mesa da Assembleia Eleitoral, subscrita pela maioria dos respectivos candidatos efectivos.

3. É igualmente admitida a desistência de qualquer candidato mediante declaração por ele apresentada e subscrita, nos termos do número anterior.

4. A desistência de candidatos efectivos referida no número anterior não pressupõe a impossibilidade de submissão da lista a sufrágio desde que não contemple a maioria dos candidatos efectivos e a candidatura tenha apresentado no momento da sua entrega ao Presidente do Conselho de Jurisdição um número de suplentes suficiente para preencher as respectivas renúncias.

5. Sempre que se verifique desistência de um candidato ou de uma lista completa, deve do facto ser lavrado anúncio que deverá ser afixado em sítio bem visível do local onde se processa o acto eleitoral, assinado por quem presida à Mesa da Assembleia e do mesmo facto ser dado conhecimento verbal.

### **Artigo 9.º**

#### **(Manifesto Eleitoral)**

1. A entrega de manifesto eleitoral é imprescindível e acompanha a apresentação de cada candidatura, devendo contemplar as linhas gerais do programa político para o mandato.

2. Uma vez iniciado o acto eleitoral fica vedada a distribuição, no interior das instalações onde o mesmo se verifica, de qualquer manifesto ou forma de propaganda relativa a qualquer lista concorrente.

#### **Artigo 10.º**

##### **(Capacidade eleitoral activa)**

1. Poderão votar nas eleições todos os militantes inscritos na JSD Madeira há pelo menos dois meses e constantes dos cadernos eleitorais, na posse de documento identificativo legalmente admitido, considerado suficiente e, caso sejam detentores, da apresentação do cartão de militante.
2. O exercício do direito de voto nos actos eleitorais previstos no presente Regulamento não é delegável, nem pode ser efectuado por correspondência.
3. Os cadernos eleitorais a que se refere o número 1 do presente artigo poderão ser consultados na sede regional da JSD Madeira, os quais deverão estar disponíveis com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data do acto eleitoral.
4. Qualquer irregularidade verificada sobre os cadernos eleitorais deverá, de imediato, ser comunicada ao Conselho de Jurisdição até ao dia anterior ao acto eleitoral.
5. Os militantes que preencham a condição do número 1 deste artigo poderão requerer o voto antecipado até ao quinto dia que antecede a eleição.

#### **Capítulo II – Do acto eleitoral**

#### **Artigo 11.º**

##### **(Mesa da Assembleia eleitoral)**

1. Compete ao Conselho de Jurisdição a fiscalização do acto eleitoral, sendo que para tal deverão estar presentes três ou mais membros do órgão regional, perfazendo sempre número ímpar.
2. Caso não seja possível reunir no mínimo 3 (três) elementos do Conselho de Jurisdição deverão ser substituídos por membros do Secretariado, sob solicitação do próprio Conselho de Jurisdição.

## **Artigo 12.º**

### **(Delegados das listas)**

1. O acto eleitoral poderá ser fiscalizado por um delegado de cada uma das listas concorrentes, que terá assento junto da Mesa da Assembleia Eleitoral, enquanto decorrem as operações de votação e escrutínio, caso assim entenda a própria Mesa da Assembleia Eleitoral.
2. Para o efeito do disposto no número anterior, deverão as listas concorrentes apresentar à Mesa da Assembleia, por escrito, o nome do respectivo delegado antes da hora de início da abertura das urnas.
3. Não serão admitidos delegados que não sejam candidatos pela lista da qual foram indicados.

## **Artigo 13.º**

### **(Duração do acto eleitoral)**

A eleição terá a duração de 2 (duas) horas mediante sufrágio plural; e de 1 (uma) hora mediante lista única

## **Artigo 14.º**

### **(Modo de eleição)**

1. Os membros dos órgãos locais da JSD Madeira são eleitos por sufrágio directo, secreto e por listas completas.
2. Os boletins de voto serão fornecidos pela mesa, em papel liso e não transparente, com a dimensão apropriada para neles caber a indicação da lista escolhida.

## **Artigo 15.º**

### **(Eleição)**

1. Será eleita a lista que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos, contando para o total os votos em branco.
2. Se nenhuma lista obtiver esse número de votos, proceder-se-á, dentro no máximo de 1 (uma) semana, a segundo sufrágio.
3. A convocatória será feita no fim do primeiro acto eleitoral, tendo a mesma duração que a primeira volta.
4. Ao segundo sufrágio serão apenas submetidas as duas listas mais votadas e será eleita a que obtiver a maioria dos votos.

5. As operações de apuramento serão efectuadas logo após o encerramento das urnas e presididas pela mesa da assembleia, podendo ser fiscalizadas pelo delegado respectivo de cada lista.

6. Uma vez concluídas as operações de escrutínio, deverá o presidente da mesa anunciar os resultados.

### **Artigo 16º**

#### **(Voto antecipado)**

1. Os militantes que preencham a condição do número 1 do artigo 10º poderão requerer o voto antecipado até ao quinto dia que antecede a eleição.

2. O voto antecipado poderá ser exercido presencialmente na sede regional da JSD, bem como por via postal, por todos aqueles que desejem exercer este direito de forma antecipada.

3. Para que o pedido seja considerado válido o militante deverá dirigir por via electrónica, para o e-mail [geral@jsdmadeira.pt](mailto:geral@jsdmadeira.pt), um requerimento por si rubricado, em conformidade com a assinatura que consta no seu documento de identificação civil, no qual deverá indicar o número de militante e a morada constante na base de dados da JSD/Madeira, bem como deverá anexar uma fotocópia do seu Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade.

4. O Secretariado deverá enviar até ao quarto dia anterior à eleição, por via electrónica, o boletim de voto para que o militante exerça o seu direito.

5. O militante deverá exercer o seu direito e enviar o voto antecipado fechado em envelope próprio, separado do envelope dos correios, até 48 (quarenta e oito) horas antes da eleição em correio registado com a morada da sede regional da JSD/Madeira.

6. Em caso de exercício presencial do voto antecipado, o militante poderá fazê-lo até ao dia útil anterior à votação na sede da JSD/Madeira, assinando no momento da votação uma declaração na qual assuma que exerceu o seu direito presencialmente e que o boletim foi recebido e selado pelo Secretariado.

7. Nos actos eleitorais em que tenha sido requerido o voto antecipado os resultados serão provisórios até o oitavo dia posterior à eleição, data a partir da qual se tornam definitivos.

8. Os votos antecipados recebidos no período em que os resultados tenham carácter provisório serão contabilizados no total de votos expressos no dia da eleição.

9. Os votos recebidos fora do período provisório definido no número 7 deste artigo não serão contabilizados para o apuramento dos resultados finais.

### **Artigo 17º**

#### **(Acta)**

1. Após cada acto eleitoral e num período máximo de 10 (dez) dias será elaborada pela Mesa a acta do processo eleitoral, da qual deverão constar expressamente:

- a) Os nomes dos membros da mesa;
- b) O local da Assembleia de voto, a hora do seu início e de encerramento das urnas;
- c) O número total de eleitores inscritos e de votantes;
- d) O número de votos válidos obtidos por cada lista, bem como o de votos brancos e nulos;
- e) O nome completo dos candidatos eleitos e dos respectivos suplentes;
- f) O número de reclamações e protestos apresentados, os quais serão apensos à acta;

### **Artigo 18º**

#### **(Mandatos)**

Os mandatos nos órgãos efectivos locais têm a duração de um ano.

### **Artigo 19º**

#### **(Reclamações e Recursos)**

1. Das decisões relativas à apresentação das candidaturas ou a qualquer irregularidade verificada podem os primeiros proponentes das listas reclamar para o Presidente da Mesa da Assembleia, de cuja decisão caberá recurso para o Conselho de Jurisdição da JSD Madeira.
2. As reclamações não têm, em regra, efeito suspensivo, excepto se resultar da apreciação preliminar do pedido a probabilidade da sua procedência.

## **CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

### **Artigo 20º**

#### **(Lacunas)**

A integração de lacunas, bem como dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer das normas do presente Regulamento far-se-á pelo Conselho de Jurisdição da JSD Madeira, nos termos estatutários.



### **Artigo 21.º**

#### **(Entrada em vigor)**

O presente Regulamento entra imediatamente em vigor após a sua aprovação em Conselho Regional.

### **Artigo 22.º**

#### **(Norma Revogatória)**

O presente regulamento revoga todas as normas constantes de anteriores regulamentos eleitorais de âmbito regional.

#### **Anexo I – Apuramento do número mínimo de subscritores das listas candidatas aos órgãos locais em conformidade com o artigo 7º do presente regulamento**

<b>Concelhos</b>	<b>Número de votantes na última eleição de delegados (2018)</b>	<b>Número mínimo de subscritores (20%)</b>
Funchal	64	13
Câmara de Lobos	55	11
Santa Cruz	33	7
Ribeira Brava	23	5
Santana	22	4
São Vicente	20	4
Machico	16	3
Porto Santo	12	2
Ponta do Sol	9	2
Calheta	9	2
Porto Moniz	3	1

Ribeira Brava, 7 de Julho de 2018